

Submarinos no Mar & Soldados na Praia: A militarização da costa sergipana no tempo da II Guerra (1942-1945)

Luiz Antônio Pinto Cruz

Graduado em História pela UFS

Mestrando em História/

Programa de Pós-Graduação em História/UFBA, sob a orientação da Profa. Dra Lina Maria Brandão de Aras.

Bolsista da CAPES

Resumo

Os historiadores sociais do mar, que estudam a Costa do Brasil durante a II Guerra Mundial, vivem atualmente um intenso processo de renovação temática nas principais universidades do país. Na escalada desse conflito, o litoral sergipano apresenta-se como uma microrregião repleta de memórias bélico-náuticas, todas elas em sintonia com um sentimento global de insegurança. Através da análise das fontes foi possível entender como a sociedade local vivenciou profundas transformações em seu cotidiano. Esta investigação histórica, portanto, estuda as impressões dos aracajuano diante do objeto delimitado como Guerra Submarina no período de 1942, início dos torpedeamentos dos navios, até o ano de 1945, quando o mundo livrou-se da II Guerra.

Palavras-chave: aracajuano, memórias, Sergipe e Guerra Submarina.

Abstract

Maritime social historians in the major universities of our country, who study the coast of Brazil during the World War II, are in present day, undergoing an intensive rethinking of this subject. These new conceptualizations now portray the coast of Sergipe as a microregion filled with memories of the naval war, all of these linked profoundly to a global sense of insecurity. Through analysis of the sources it is possible to understand how the local society experienced profound changes in their everyday life. This historical research, therefore, studies the impressions of the residents of Aracaju on what is known as the U-boat War, which ran from 1942 with the first torpedoing of ships up through the year 1945, when World War II ended.

Keywords: Aracaju, memories, Sergipe and U-boat War.

Dentre os submarinos alemães que atuaram na Costa do Brasil, durante a II Guerra, o U-507 e sua flotilha ocuparam, sem dúvida, um lugar de destaque. Eles invadiram, às ocultas, o espaço marítimo brasileiro e escolheram o litoral sergipano para iniciar a caçada em 15 de agosto de 1942. Os três primeiros alvos foram os navios mercantes: o Baependy, o Araraquara e o Aníbal Benévolo. Este último soçobrou no dia 16. A fim de evitar a patrulha dos *marines* que sobrevoava Estância/SE, o U-507 saiu das águas sergipanas para as baianas. Lá afundou os vapores Arara e Itagiba, além da barcaça Jacira. No embalo, ainda torpedeou um navio estrangeiro que apareceu em seu percurso. Portanto, esses ataques evidenciaram o início da Guerra Submarina em águas territoriais do Brasil e motivou a Declaração de Guerra à Alemanha e à Itália.

Esse tipo de confronto não teve apenas um forte impacto sobre a navegação mercante, mas também sobre as estruturas socioeconômicas do nordeste, sobre as instituições políticas do Estado Novo e principalmente, sobre o entendimento do homem comum que desconhecia esse tipo de guerra. As agressões dos U-boots revelaram um tipo “característico novo” das guerras mundiais, confrontos tecnológicos que não dependiam mais do enfrentamento direto entre homens como normalmente ocorria até o final do século XIX, quando os brasileiros participaram da guerra contra o Paraguai ou enfrentaram a resistência dos moradores de Canudos, no sertão da Bahia.

A natureza bélica dos submarinos desafiava a compreensão dos sergipanos. Em luta contra inimigos escondidos debaixo d’água, eles não tinham a menor ideia de como se defender deles. Travaram-se batalhas contra o desconhecido, o estranho, o invisível, a imaginação e a surpresa. Mário Cabral, em seu protesto marítimo, revelou suas impressões sobre os ataques no mar:

“Esta guerra, inegavelmente, é a guerra das surpresas. Os fatos que acontecem, são, justamente, aqueles que ninguém espera que aconteçam. Começou pela guerra em si mesma. Ninguém acreditava que ela viesse. Ela veio mais destruidora do que nunca” (CABRAL, 26/9/1942).

Os submarinos existissem equivaleriam a inimigos surpreendentes, prestes a atacar ou a desembarcar a qualquer momento, mas não se sabia onde e quando na imensa Costa do Brasil.

Como entender um objeto ausente, um inimigo invisível, enfim, uma guerra submarina? O torpedeamento dos navios mercantes foi um acontecimento bélico que despertou um mar de subjetividades, um turbilhão de emoções, enfim, um amplo leque comportamental. A maioria dos aracajuanos nunca viu um submarino, mas suas histórias de ataques despertaram um medo coletivo e criaram fortes representações simbólicas do inimigo marinho invisível: “máquina infernal”, “presepada do diabo”, “armação da gota serena”, “coisa ruim”, “fio do cabrunco” etc. De acordo com as reflexões teóricas de Roger Chartier, as representações permitem visualizar um objeto ausente e compreender as diferentes leituras sociais criadas para o submarino no tempo da guerra.

A representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento imediato que faz ver um objeto ausente através de sua substituição por uma “imagem” capaz de um reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é. (CHARTIER, 1990, p. 20)

Ver, mas sem ver, como isso seria possível? De que maneira o historiador deve compreender a dimensão simbólica dos torpedeamentos? As comunidades costeiras de Sergipe não viram os submarinos alemães, mas ouviram suas histórias, acolheram os naufragos em estado de choque, ficaram perplexas com os corpos mutilados e recolheram as mercadorias e destroços navais que boiaram até a praia. Esses elementos reunidos deixavam o submarino perceptível aos olhos imaginativos dos aracajuanos.

A preocupação de que o inimigo poderia estar em qualquer lugar na ampla costa brasileira gerou um clima de insegurança coletivo e deixou os militares sobressalta-

dos. A esse respeito, o *Correio de Aracaju* publicou, em 30 de setembro de 1942, que

“o inimigo pode realmente estar em todos os pontos do mar brasileiro, no desaguardo dos rios, nas praias desertas, sob os coqueiros ou sob as areias, esperando o momento de atacar pela traição, de afundar navios, de matar brasileiros”.

A busca pelo inimigo invisível alimentou o imaginário social e despertou angústias e medos. A percepção de Jean-Paul Sartre sobre a realidade francesa no tempo da II Guerra aprimorou o olhar desta pesquisa, “*não vi a guerra e ela parece imperceptível: apesar disso, vi o mundo da guerra. É simplesmente o mundo militarizado. As coisas mudam de sentido*”. (SARTRE, 2005, pp. 18-19)

As memórias sociais sobre a guerra submarina em Sergipe

A História de Sergipe, no tempo da II Guerra, coloca os historiadores sociais diante de um amplo leque temático. O submarino alemão passou a navegar num mar de histórias. Seu Eliseu Timóteo, por exemplo, recordou da versatilidade dos inimigos escondidos debaixo d’água. *O povo sabia o que era um submarino porque a história que se contava era que o submarino vinha por debaixo d’água. Era uma embarcação que andava por debaixo d’água. E de vez em quando ele subia, entendeu? Era o que o povo dizia.* (TIMÓTEO, 2005).

O torpedeamento de tantos navios popularizou o termo “submarino” na faixa litorânea de Sergipe. Até em áreas isoladas da costa, em colônia de pescadores, o homem comum sabia explicar, a seu modo, o que aconteceu no “tempo de Hitler”. Em nossas andanças pela zona costeira, encontramos João Martins do Nascimento, no povoado Pontal, município de Indiaroba/SE. Ele nos recebeu em sua casa, à beira do rio Real, região fronteira entre Sergipe e Bahia. Seu Joãozinho foi muito atencioso, gentil e compartilhou suas memórias.

Aqueles torpedeamentos ocorreram na 2ª Guerra da Alemanha. Eu nasci na 1ª Guerra da Alemanha. (...) Agora, a 1ª Guerra da Alemanha não veio agravar nada aqui. Agora, a 2ª veio. Porque a 2ª Guerra da Alemanha foi de Hitler [falou enfaticamente o nome de Hitler!]. Então, essa 2ª Guerra atingiu Aracaju. Porque (...) dois ou três navios foram torpedeados. O Aníbal Benévolo, o Araraquara e o Baependy! Foi tudo [afundado] de uma noite para outra.

(...)

O submarino era aí no oceano pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, pra lá e pra cá. Ia no sul, ia no norte. E quando eles [os tripulantes do submarino] receberam sua missão. Torpedearam de quatro a cinco navios de uma vez só. Esse povo veio dar no costa de Mangue Seco e Coqueiro. E alguns ainda vieram por aqui [povoado de Pontal]. Atravessaram de canoas de vela, com destino a Estância, para pegarem o transporte para Aracaju. (NASCIMENTO, 2005).

A chegada desses primeiros naufragos a Aracaju gerou grandes manifestações públicas. O estado dos corpos e o desespero dos sobreviventes despertaram o caos. Milhares de pessoas encheram as ruas e praças do centro urbano e clamaram por vingança. De acordo Mário Cabral, *e tiveram lugar, então, durante dois dias, incêndios e cenas de depredação à propriedade particular dos alemães e italianos, sem que nenhuma força humana se pudesse opor à indignação da alma sergipana.* (CABRAL, 1948, pp. 153-154)

A alma sergipana não se indignou por apenas dois dias, mas por semanas, meses e anos. A guerra marítima marcou a vida cotidiana de sergipanos da capital e do interior. As memórias individuais do operário (Seu Eliseu Timóteo de Estância), do pescador (Seu Joãozinho de Pontal) e do advogado (Mário Cabral em Aracaju) refletiam não apenas suas localidades, mas também, uma visão de mundo impregnada por influências socioculturais entre si e fora de si. Uma memória interligada e imbricada por intensas vivências coletivas no tempo da guerra submarina. A esse respeito, o sociólogo francês, Maurice Halbwachs alerta que,

São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que é “memorável”, e também como será

lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito do que não viveram **diretamente**. (HALBWACHS, 2003, p. 13)

Os resultados que levantamos em nossas entrevistas orais tomam lugar no quadro de referências de lembranças antigas dos sergipanos, mas essas memórias também se adaptam ao conjunto de questões analisadas do decorrer desta pesquisa histórica. Vale assinalar que o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos, que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas tomou emprestado de seu ambiente. Em diferentes ambientes e momentos da História de Sergipe, as memórias sobre os torpedeamentos foram evocadas, com intenções variadas, por distintos grupos sociais. Alguns comunistas locais, por exemplo, desconfiavam da autoria norte-americana nos ataques submarinos. Os políticos populistas, por sua vez, criaram monumentos e exaltaram a bravura dos sergipanos. Os historiadores tradicionais, que no afã de encontrar acontecimentos extraordinários, destacaram uma grande tragédia marítima. E os representantes do regime militar costumavam exaltar as histórias bélicas e a luta dos pracinhas.

Cada aracajuano teve uma maneira peculiar de ver, de sentir, de agir e de reagir aos torpedeamentos. Apesar do quadro social diversificado, a memória da tragédia os unificava. Os aracajuanos criaram “memórias coletivas” sobre o atentado nazista em sua costa e temeram uma invasão na praia. De acordo com o *Correio de Aracaju* de 13 de novembro de 1942: “para facilitar o conhecimento dos submarinos e aviões do Eixo tem a Capitania dos Portos mapas com desenhos e silhuetas de submarinos e aviões das potências do Eixo e da França para conhecimento não só dos marinheiros como de quaisquer outras pessoas”. Gentil Homem de Menezes, então capitão dos portos de Sergipe, costumava dizer que os pescadores eram os seus soldados, e que precisava deles para vigiar a costa sergipana.

A memória dos sergipanos costumava trazer o “submarino inimigo” para suas comunidades, para seu cotidiano e até para dentro de suas casas. As recordações de Zé Peixe singram por este caminho, pois para ele, os torpede-

amentos não ocorreram num mar distante, mas “dentro de casa”. De acordo com suas palavras

O Brasil não tinha entrado em guerra. Esses navios Bagé, Baependy, Araraquara e Aníbal Benévolo foram torpedeados. Aí Getúlio Vargas declarou guerra daí por diante. Torpedearam os navios brasileiros em águas brasileiras. Dentro da nossa casa né? Na barra de Estância. De Estância para São Cristóvão. E os corpos davam na praia. Tinha o Cemitério dos Náufragos, mas tinha corpos que não dava pra pegar mais que tava em estado que não podia pegar mais. Aí botava na praia e enterrava lá. Fora o povo que dava vivo nas baleeiras. Aí foram hospedados nos hotéis. Tinha a Legião Brasileira que dava roupa pra esse povo, pros naufragos e para os tripulantes dos navios (NUNES, 2004).

A agressão submarina vivida “dentro de casa” era uma situação de beligerância assustadora e desconhecida pelos civis, mas os militares brasileiros não foram tomados pela surpresa e estranhamento com os ataques dos U-boats. Antes mesmo dos torpedeamentos, as Forças Armadas do Brasil iniciaram a mobilização para guarnecer a sua região costeira. A iminência de ataque marítimo na Saliência Nordestina era uma realidade já prevista pela logística militar, pois o Brasil havia rompido suas relações diplomáticas com as nações do Eixo no início de 1942, criando uma situação de beligerância. Em tempos de ditadura varguista, a parcela da população que se deslocava através da navegação mercante não foi devidamente informada e preparada para enfrentar uma guerra marítima em seu mar territorial.

As fontes orais projetaram algumas luzes na penumbra do Estado Novo, que através do DIP, cerceava as informações e criava documentos com uma forte carga ideológica. Com a deflagração da guerra em todo território nacional, a documentação oficial corria em segredo nos arquivos públicos e militares. Através das entrevistas com os aracajuanos construímos um retrato mais largo da sociedade da época. Até os sentidos mais íntimos das pessoas foram marcados pela experiência da guerra.

Dona Salvelina Santos de Moraes, filha do faroleiro, despertou sua memória olfativa ao recordar dos torpedeamentos: *Papai quando chegava em casa ninguém aguentava o fedor. Era ui, ui, ui.* [nesse exato momento Dona Salvelina tapou o nariz com a mão]. *Era um fedor, dos mortos que ele pegava na praia. (...) Foi muito triste, era muita gente morta* (MORAES, 2006). O prático Zé Peixe teve o paladar despertado ao lembrar-se das privações do racionamento: *Pão de trigo não tinha. A coisa mais difícil era achar esse pão. Ai faziam um pão de milho, não era bom não.* [a fisionomia facial de Zé Peixe mudou, lembrando do sabor ruim daquele pão da guerra] *Era um pão misturado, uma atrapalhada danada* (NUNES, 2004). Seu Paulo de Oliveira Santos tinha apenas 12 anos e contou que sua mãe precisou acender a luz para amamentar seu irmãozinho à noite, quando todos ouviram um forte barulho em frente de sua casa: *Os cavalos do Esquadrão pisaram na calçada, fazendo um momento de barulho e tal, porque mandaram que apagassem a luz: apaguem a luz! Mãe de pronto apagou a luz. E nesse período já tinham sido bombardeados os navios por submarinos.* (SANTOS, 1999). Seu Jorge Sousa não esqueceu o que viu nos céus de Aracaju no tempo da guerra: *a Aeronáutica botou os aviões pra fazer os ensaios. Esses aviões carregavam sacos de areia e na Chefatura ficavam os soldados com metralhadoras. Ai quando os aviões chegavam ao Palácio do Governo na praça, ai jogava os sacos de areia era um estrondo medonho.* (SOUSA, 1999) Seu Edmundo Cruz afirmou que um italiano sentiu na pele o desprezo dos aracajuanos: *Nicola Mandarino foi o mentor intelectual dos torpedeamentos. Foi encontrado o radio-transmissor que utilizava para se comunicar com o submarino* (CRUZ, 1999). Portanto, as histórias sobre os submarinos alemães eram tão habituais em Aracaju, que poderíamos criar um inventário de transformações sociais que a guerra marítima provocou aos cidadãos.

Individualizar das memórias locais a sensação compartilhada de olfato, paladar, audição, visão, sensibilidade e linguagem ajudam a compreender as subjetividades dos discursos particulares dos aracajuanos. Não se trata aqui de isolá-las, pelo contrário, mas de costurá-las, uma a uma para ampliar a tessitura dos estudos históricos. Era um momento muito delicado na vida de homens e mulheres, quando eles precisaram enfrentar um processo de adaptação às mudanças impostas pela Guerra Submarina. A ênfase desta pesquisa girou em torno da expres-

são “ciência do vivido”. Carlo Ginzburg alertou, dentro da perspectiva da micro-história, que o historiador não pode perder de vista o olhar binário em sua pesquisa.

Por um lado, movendo-se numa escala reduzida, permite em muitos casos uma reconstrução do vivido impensável noutros tipos de historiografia. Por outro lado, propõe-se indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula. [...] Por isso propomos definir a micro-história, e a história em geral, ciência do vivido: uma definição que procura compreender as razões tanto dos adeptos como dos adversários da integração da história nas ciências sociais – e assim irá desagradar a ambos. (GINZBURG, 1991, pp. 177-178)

De acordo com Ecléa Bosi, quando se trata da história recente, feliz o pesquisador que se pode amparar em testemunhos vivos e reconstituir comportamentos e sensibilidades de uma época. Justamente porque a história que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem através dos episódios. O historiador precisa ficar mais atento às tensões implícitas, aos subentendidos, ao que foi só sugerido e encoberto pelo medo. As fontes orais têm um papel fundamental na reconstrução das histórias encobertas e censuradas pelo governo estadonovista. A memória parte do presente, *de um presente ávido pelo passado, cuja percepção é a apropriação veemente do que nós sabemos que não nos pertence mais. A fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa.* (BOSI, 1987, p 20)

Essas vozes da oralidade, como um espelho quebrado, refletem fragmentos de uma Aracaju sitiada pela Guerra Submarina e pelas imposições de segurança costeira. A emergência desse mundo militarizado ocorreu após passagem do U-507 e sua flotilha. O documento jornalístico a seguir evidencia como os moradores de Aracaju foram tomados por um sentimento de insegurança. Diante de uma guerra cada vez mais próxima, o caos se instaurou na cidade:

Ontem, a cidade logo cedo, foi surpreendida com a triste notícia de que tinham torpedeado o vapor brasileiro Baependy, em

águas sergipanas, próximo à costa de Estância. Mais dois navios nacionais tinham sido vítimas das emboscadas do Eixo.

A cidade inteira ante estas notícias alarmantes que pouco a pouco como labaredas, se espalharam por todos os recantos, ficou profundamente consternada. O comércio não abriu mais suas portas no segundo expediente.

Todos, todos, chorando a sorte dos seus irmãos, vítimas da selvageria nazista, sentidos até o íntimo da alma e indignados com o torpe e covarde atentado dos agentes totalitários que, tripudiando por sobre as suas vítimas indefesas impotentes de reagir, trucidaram velhos, senhoras mães de famílias, jovens e criancinhas inocentes, perambulavam pelas ruas, em busca de notícias novas que viesse esclarecer mais o bárbaro torpedeamento dos vapores brasileiros (Folha da Manhã. Aracaju-SE, 18 de agosto de 1942).

Desse texto jornalístico emergem sentimentos de inquietação e de ansiedade diretamente relacionados à angústia. Os comportamentos dos aracajuanos descritos revelaram não apenas uma postura de perplexidade diante de um evento bélico, mas também, que eles estavam diante de um acontecimento fora do comum, algo inteiramente desconhecido. Para Jean Delemeau, a angústia não tem um inimigo para se fazer de frente, ela é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança. Desse modo, ela é mais difícil de suportar do que o medo. Estado, ao mesmo tempo orgânico e afetivo, manifesta-se da maneira menor (a ansiedade) por “uma sensação discreta de aperto na garganta, de enfraquecimento das pernas, de tremor, acrescentada à apreensão com o futuro”. (DELEMEAU, 1989, p. 25)

Aracaju se sentia vulnerável, então, em caráter de urgência, milhares de soldados foram deslocados para o nordeste. Os civis também foram convocados a superar seus medos e servir à pátria. Gaúchos, catarinenses, paranaenses, paulistas, cariocas, mineiros e baianos compuseram as tropas nacionais que se deslocaram para região costeira através do sertão nordestino, graças à aquovia do rio

São Francisco, conhecido na época como “rio integração nacional”. Eles vieram a bordo dos vapores Comendador Peixoto, Benjamin Guimarães, dentre outros. O historiador Donald Pierson pesquisou as singularidades do homem no Vale do São Francisco e demonstrou como a Segunda Guerra Mundial fez parte da vida dos ribeirinhos.

Em tempos mais recentes o São Francisco tem servido de estrada para alguns dos brasileiros (...). Durante a II Guerra Mundial, quando os submarinos inimigos começaram a dificultar seriamente a navegação ao longo da costa oriental, tropas do sul deslocavam-se para o norte por meio do São Francisco, pois nesse tempo não havia qualquer ligação ferroviária ou rodoviária contínua. A cidade de Pirapora, localizada no ponto terminal da estrada de ferro que partia do Rio de Janeiro para o norte, e na extremidade sul da linha de transporte fluvial, ficava então periodicamente cheia de soldados. Entrementes, concordaram os Estados Unidos em embarcar materiais estratégicos e de necessidade urgente para o Sul do Brasil por via do São Francisco, reduzindo assim a constante ameaça de submarinos inimigos que operavam ao longo da costa. As barcas especiais construídas em Novas Orleans para esse fim, porém, foram a pique antes de chegarem ao Brasil. (PIERSON, 1972, pp. 30-31)

Da foz até Piranhas/AL e de Juazeiro/BA a Pirapora/MG eram os dois trechos navegáveis. As quedas d'águas típicas de um “revelo de planalto”, entre os dois trechos citados, impediam uma navegação plena em todo o leito do rio. Enquanto o Baixo São Francisco despertava preocupação dos inimigos adentrarem a embocadura, o trecho de Juazeiro a Pirapora representava um caminho de águas tranquilas. Para os ribeirinhos dessa região sanfranciscana, especialmente os mais místicos, as águas do rio eram protegidas pelas carrancas. Seu Jardilino afirmou que “havia uma preocupação com o submarino, mas tudo ficava entre os militares. O povo não podia saber senão ficava assombrado. Época de guerra não podia saber, só quem podia saber era a gente. A gente do Corpo de Bombeiro, soldado, exército e polícia (MARQUES, J., 1999).

A Segunda Guerra, nas águas do Atlântico Sul, também se revestiu de muitas expectativas sociais. Para ampliar-mos as nossas análises sobre as vivências costeiras, perguntamos ao prático Zé Peixe sobre as histórias dos submarinos alemães terem adentrado as embocaduras de alguns rios sergipanos (São Francisco e Vaza-Barris). Ele questionou esses relatos publicados em jornais, inquéritos, processos e fontes orais. O velho prático foi muito esclarecedor em sua resposta.

“É conversa! Que nada! Para o submarino entrar tem que ter um prático. O povo falava isso, mas não tinha prova não. Como é que ia entrar? Se ele entrasse ia ser bombardeado. E a barra pra sair? Eu sou prático e trabalho com navio. Se eu não tiver no navio, o navio encalha”.

Então, o submarino poderia entrar nas embocaduras fluviiais de Sergipe se tivesse um prático? O velho lobo do mar respondeu:

“Ele [o submarino] podia trazer um quintacoluna, chamando um prático pra entrar no porto, mas que nada! São Cristóvão entrou, encalha. Não é todo mundo que entra ali. A Barra de Estância, a mesma coisa. A Barra de São Francisco, ali é mais difícil!.(NUNES, 2004).

Soldados da praia: ex-combatentes ou voluntários da pátria?

Ainda se sabe muito pouco sobre a história dos “Soldados da praia”. Eles eram os civis que se transformaram em militares às pressas no tempo da guerra submarina. Aos poucos, pequenas informações localizadas em fontes primárias, impressas e orais ajudaram a compor a realidade social sofrida desses homens que vigiaram o litoral brasileiro na II Guerra. Entretanto, quando o confronto mundial acabou e os Soldados da praia voltaram à vida de civis, acabaram esquecidos pelas Forças Armadas e pelo Governo Federal. Afinal, eram vistos como meros “voluntários da Pátria”.

Os Soldados da praia não queriam ser vistos como voluntários, mas sim como “ex-combatentes”, pois somente

assim, teriam a história deles reconhecida. Incansáveis batalhas judiciais foram travadas nos tribunais dos quatro cantos do país. Somente no final do século XX e início do século XXI, esse grupo social conquistou seus direitos plenamente. Infelizmente, muitos dos Soldados da praia, em idade avançada, não presenciaram o parecer favorável da justiça a sua causa trabalhista.

Esses homens seriam uma espécie de “heróis nacionais”? Nem tanto, mas pela forma com que as autoridades militares os trataram durante décadas, talvez o título que mais cabe a eles seja o de “soldados esquecidos”. Longos silêncios e uniformizações marcaram sua história. Vale assinalar que o termo “ex-combatente”, por exemplo, durante muito tempo foi conferido apenas aos pracinhas. Enquanto se enalteciam os feitos gloriosos dos pracinhas na Itália, obscurecia-se o importante trabalho dos militares que ficaram no Brasil e guarneceram a sua costa oceânica.

Essas e outras manifestações de heroísmo eram tendências e revestiam-se de muitas intencionalidades políticas. A construção de heróis era um instrumento eficaz para garantir a legitimação do poder. Afinal, após a guerra, o Brasil figurava entre as nações vencedoras do nazifascismo e pleiteava ambições maiores no cenário latino-americano. O historiador José Murilo de Carvalho nos alerta que

“heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. (CARVALHO, 1990, p. 55)

Por que a memória dos Soldados da praia ainda não consta em obras historiográficas? Lutar contra inimigos reais e imaginários, em praias insólitas dos trópicos, parecia não haver nada de aventureiro, grandioso e excitante. Entretanto, a região do Atlântico Sul era reconhecida pelas nações beligerantes dos Aliados e do Eixo como mais uma área de operações navais, chamada oficialmente como *Batalha do Atlântico*. Essa batalha, por sua vez, colocou o brasileiro diante de um mar de

possibilidades. Segundo as pesquisas militares de Plínio Pitaluga, o Brasil não ficou indiferente às possibilidades do inimigo atingir o seu território.

Ainda sob o ponto de vista militar, a costa do Brasil se transformou em *front* marítimo, sobretudo a região nordeste. Mais do que uma agressão submarina, os torpedamentos dos navios mercantes representaram a chegada da guerra ao país. Guarnecer esse *front* particular era uma questão de urgência. Muitos homens foram recrutados no tempo da guerra para protegerem o litoral brasileiro.

Os dias pareciam intermináveis para quem vigiava o mar. Longe de casa e diante das intempéries litorâneas, os Soldados da praia estavam sujeitos a várias doenças físicas e transtornos mentais. Sob essa condição adversa, milhares de homens trabalharam no seu limite. Zé Peixe revelou o drama pessoal dos vigilantes costeiros. Apesar de ser um adolescente no tempo da guerra, o velho prático conhecia de perto a experiência dos militares da costa sergipana, porque a sua casa se localizava defronte ao rio Sergipe e ao lado da Capitania dos Portos, ou seja, um local privilegiado de informação e de convivência com os militares.

Durante a entrevista para esta pesquisa, o prático Zé Peixe foi solidário aos seus antecessores na Capitania e com extrema lucidez prestou uma homenagem aos seus colegas de farda e me pediu para colocar um a um neste trabalho de pesquisa: *Seu Pereira, Miguel, Rafael, João Torquato, Seu Francisco Barros, João Alves Cavalcante, Miguel Alves Cavalcante, Seu Valito. Eles saiam pelo litoral, não tinha hora para voltar* (NUNES, 2004). Para ele, esses os soldados da praia e tantos outros são ex-combatentes da II Guerra Mundial. Ele ainda comentou que normalmente esses homens estavam expostos a combates incessantes contra inimigos naturais: o vento marinho, o frio noturno na praia, a umidade da chuva e o intenso calor do dia. Diante dessas variações climáticas, os Soldados da praia adquiriam infecções respiratórias variadas: resfriado, gripe, bronquite, pneumonia e tuberculose. Os ventos soprados do mar também acamaram os militares com meningite. Além da tensão psíquica de impedir o território de ser invadido a todo custo, essa percepção gerou neuroses em alguns soldados.

Vencer doenças físicas, transtornos mentais e a solidão angustiante caracterizavam o *front* marítimo. Os militares costeiros tiveram a incumbência de fazer frente às pretensões mais ousadas do Eixo. Essa guerra particular dos Soldados da praia não foi reconhecida, nem mesmo quando a sociedade brasileira exigiu das autoridades um maior respeito aos veteranos de guerra. Através da *Lei Federal Nº 2.579*, de 23 de Agosto de 1955, o Presidente Café Filho concedeu amparo aos ex-integrantes da Força Expedicionária Brasileira, julgados inválidos ou incapazes definitivamente para o serviço militar. Essa mesma lei excluiu os Soldados da praia, em seu Artigo 4º onde consta:

“aos que tomaram parte em missões de vigilância, observação e segurança do litoral ou dos portos nacionais, e aos que prestaram serviço, em geral, na zona definida pelo Decreto nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942, não serão aplicados os dispositivos desta Lei”.

Ou seja, os Soldados da praia estavam de fora. Cansados de não terem voz, e ao sentirem o desprezo do governo federal, foram à luta judicial.

Diante da preocupante ameaça externa, milhares de soldados ficaram em prontidão na orla atlântica do país. O historiador militar Cláudio Moreira Bento realizou considerações interessantes sobre a mobilização das tropas pela “Saliência Nordestina”, evidenciando as feições dessa “Zona de Guerra Brasileira”. No quadro militar a seguir, a cidade de Aracaju se destacou com um dos principais lugares nordestinos que teve a sua segurança reforçada.

O restante das tropas do Exército do TO Nordeste receberam missões de vigiar o litoral e defender os portos e bases militares em Fortaleza, Luiz Correia, São Luiz, Aracaju, Salvador, Itaparica, Ilhéus, Canavieiras, Santa Cruz, Porto Seguro, Caravelas, Conceição da Barra, Vitória e Marataízes. As maiores concentrações de tropas tiveram lugar em ordem de valor: Recife, Natal, Fernando de Noronha, Fortaleza, Campina Grande (Reserva da 7ª Região Militar), Salvador, Caravelas, Vitória e Aracaju. O resto da tropa foi distribuído por todo o litoral do Nordeste, numa linha tênue e descontínua. Várias unidades do Exército foram

deslocadas em missões de guerra, do interior para a vigilância do litoral, onde passaram longos e intermináveis dias padecendo saudades da família e solidão. Nos restantes TO criados houve problemas menores no tocante a operações que se concentraram na proteção de portos, bases militares e vigilância do litoral, daí no final da guerra haver sido editada lei que passou a ser conhecida como Lei da Praia, que trouxe vantagem de mais uma promoção na reserva aos que durante a guerra estavam na Zona de Guerra Brasileira (BENTO, S/D).

Aracaju figurava como uma das áreas mais vulneráveis e, por essa razão, ganhou destaque na concentração de tropas. Os documentos da época apontam para a atuação militar da 1ª Bateria Independente, o 19º Batalhão de Caçadores, o 28º Batalhão de Caçadores etc. Zé Peixe conviveu com os soldados que guarneceram o estado de Sergipe.

“Quem veio guarnecer aqui a costa e o estado foi a Bateria do Rio Grande do Sul. Aí a Bateria veio pra cá para Aracaju. Aí ele, tinha aqueles caminhões. E aquele povo veio do Rio Grande do Sul, veio pro exército daqui. Eram os gaúchos. Iam pra costa dia e noite.” (NUNES, 2004).

Desterrados do seu lugar de origem e preocupados com a seriedade da missão militar que receberam, milhares de soldados gaúchos foram deslocados para o nordeste durante a guerra e foram bem recebidos pela sociedade aracajuana. O jornal *Correio de Aracaju* agradeceu a gauchada ao realizar a “Campanha dos Mil Bois” para o abastecimento das forças armadas sediadas em território sergipanos. Um esforço de guerra que ganhou repercussão nacional, pois os envolvidos na campanha nacionalista cobriram esse número em apenas quarenta dias.

A presença dos soldados gaúchos era uma evidência da gravidade das ocorrências marítimas. Na edificação de um Estado militarizado, milhares de soldados guarneceram o litoral brasileiro no tempo da guerra submarina. Chamamos de “soldados da praia”, os milhares de brasileiros civis que se tornaram militares para proteger o Brasil das ambições eixistas. Entretanto, no pós-guerra, esses homens lutaram para serem reconhecidos como

“ex-combatentes”. Apesar de deixarem de usar o uniforme militar, não se esqueceram dos momentos de privações e obrigações que passaram nas missões litorâneas. No entender da Justiça, era considerado ex-combatente, para efeito de recebimento de pensão especial, todo militar que foi deslocado de sua unidade durante a II Guerra Mundial para fazer patrulhamento da costa em defesa do território brasileiro.

Desde então, esses homens entenderam o valor da palavra “combatente” e lutaram por seus ideais não mais no *front* marítimo, mas nas audiências judiciais. Em virtude dessas questões trabalhistas, pode-se dizer que a guerra não acabou para os soldados da praia que lutaram pelo reconhecimento da sua história.

A Lei da Praia concedeu visibilidade aos militares que prestaram serviços militares no mar territorial do país e representou uma conquista de classe. Anteriormente marginalizados das comemorações oficiais da II Guerra e esquecidos pela história oficial, os soldados da praia ganharam reconhecimento do presidente Eurico Gaspar Dutra e dos representantes das Forças Armadas do Brasil. A *Lei da Praia* concedeu vantagens a civis e militares que participaram de operações de guerra, determinou que

Art 1º São amparados pela Lei nº 616, de 2 de fevereiro de 1949, todos os militares que prestaram serviço na zona de guerra definida e delimitada pelo art. 1º do Decreto nº 10.490-A, de 25 de setembro de 1942.

Parágrafo único. Ficam também reconhecidos os direitos dos militares já falecidos.¹

Cabe ressaltar que essa Lei da Praia não significou o fim de todos os problemas desse grupo social, pois a referida lei gerou interpretações variadas na justiça brasileira, que não sabia ainda como definir um ex-combatente brasileiro. Como entender com pertinência essa especificidade militar? Os soldados da praia lutaram pelo reconhecimento de ex-combatente. Isso causou muita dor, revolta e depressão a esses homens.²

Antigamente, ex-combatente era apenas o militar que participava de operações bélicas no *front* italiano, pois a história dos pracinhas ofuscou os praianos. Entretanto, a Lei da Praia representou um reconhecimento aos soldados da praia. A justiça brasileira adotou uma postura mais taxativa: “militar que patrulhou costa durante a guerra é ex-combatente”. Em virtude dessa lei, os soldados da praia foram incorporados à Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, mas no interior dessa instituição havia diferenciações entre seus associados: os que foram para Itália e os que ficaram no Brasil. As muralhas simbólicas continuavam firmes para os soldados da Praia. Estudantes, jornalistas e historiadores contribuíram para a marginalização dos Soldados da praia.

A *Lei da Praia* gerou muita polêmica, mas os soldados não faziam turismo no litoral nordestino, mas executavam missões em áreas denominadas “zonas de guerra”. Além de provocar uma enxurrada de pedidos de pensão, de danos morais e de reconhecimento da condição de combatente. Claro que alguns desses pedidos eram solicitações oportunistas, por isso que alguns militares foram apelidados de “marajás da praia”. Criou-se uma visão estereotipada dos militares praianos tratados como oportunistas aproveitadores e soldadescos. Muitos brasileiros possuíam um conceito de guerra um tanto limitado. Como se ela nunca tivesse chegado ao país. A costa do Brasil avança para o Atlântico Sul, constituindo-se em “mar territorial dos brasileiros”. Uma área oceânica gigantesca onde se deflagrou a guerra submarina para todos.

A imagem de heroísmo comumente atribuída aos pracinhas foi uma construção política e militar, pois ao lutar contra o nazifascismo na Itália e vencer as tropas inimigas, o Brasil passou a figurar entre as nações vencedoras do bloco dos Aliados. Na escalada desses interesses, a Pátria, tão exaltada nos tempos do Estado Novo, virou suas costas para os Soldados da praia. Diante dessas contradições, cabe ao historiador operar a dupla transposição do singular ao plural e do atual ao passado, para compreender por que era tão importante para eles serem considerados “ex-combatentes”. Para alguns poderia ser a chance de ganhar uma pensão “gorda” do governo, mas para outros tantos, era uma questão de recuperar a dignidade ofendida e ter de volta aquilo que lhe foi tomado, o direito de serem chamados de ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

Considerações finais

A II Guerra acabou e os torpedeamentos cessaram no Brasil, mas para os sergipanos os submarinos jamais deixarão de navegar em sua memória. Seu Jardilino Marques apresentou outra maneira de ver a guerra submarina, agora, como parte de uma geração.

A guerra é um sinal de perigo para toda geração. E jamais, diante do que se passou na guerra, dos torpedeamentos, de submarino submergir, de muita gente morrer e do avião bombardear submarino. O pessoal vivia assombrado. O pessoal vivia com medo. Então essas coisas o povo não pode esquecer porque é parte principal de uma geração (MARQUES, J., 1999).

A história da Guerra Submarina em Sergipe é parte principal de uma geração. A passagem do U-507 trouxe o caos e o desgosto, mas os sergipanos souberam pouco a pouco reordená-lo e saborear a democracia do pós-guerra. Aprenderam também a superar os seus medos, a reverter uma situação angustiante; e a encarar com mais segurança o torpedeamento do Bagé em 1943. Portanto, nem Aracaju era a mesma depois da Segunda Guerra Mundial.

Notas

¹ Conhecida popularmente como LEI DA PRAIA - Dispõe sobre concessão de vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra.

² *Em Guarda – Para Defesa das Américas*. Washington/USA: Bureau do Coordenador de Assuntos Interamericanos/Business Publishers International Corporation of Filadelfia. Ano 3. Nº 6. 1944, p. 3.

Referências bibliográficas

FONTES ORAIS

NASCIMENTO, João Martins do. *Entrevista ao autor*. Povoado de Pontal/Indiaroba. 07/07/2005.

NUNES, José Martins Ribeiro (Zé Peixe). *Entrevista ao autor*. Aracaju-SE. 07/04/2004.

MORAES, Salvelina Santos de. *Entrevista ao autor*. Aracaju-SE, 19/07/2006.

SOUSA, Jorge. *Entrevista ao autor*. Aracaju/SE, 28/05/1999.

CRUZ, Edmundo. *Entrevista ao autor*. Aracaju/SE, 12/08/1999.

MARQUES, Jardilino. *Entrevista ao autor*. Aracaju, 23/08/1999.

TIMÓTEO, Eliseu. *Entrevista ao autor*. Aracaju-SE, 28/05/2005.

SANTOS, Paulo de Oliveira. *Entrevista ao autor*. Aracaju-SE, 10/08/1999.

DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

CABRAL, Mário. *Protesto Marítimo*. Aracaju, 26/09/1942. Arquivo do Judiciário de Sergipe.

Em Guarda – Para Defesa das Américas. Washington/USA: Bureau do Coordenador de Assuntos Interamericanos/Business Publishers International Corporation of Philadelphia. Ano 3. Nº 6. 1944.

LEI nº 1.156. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1950.

Bibliografia

BENTO, Cláudio Moreira. *Brasil – Conflitos Externos. As Forças Terrestres Brasileiras em Conflitos Externos*. Brasília. Ministério da Defesa / Comando do Exército. Sd.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1987.

CABRAL, Mário. *Roteiro de Aracaju: guia sentimental da cidade*. Aracaju: Livraria Regina, 1948.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa, Difel. 1991.

HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

PITALUGA, Plínio. Torpedeamento dos navios brasileiros – Uma lenda ainda em voga. *Revista do Clube Militar*. Ano LXXI, Nº 349. Julho de 1998.

PIERSON, Donald. *O Homem no vale do São Francisco*. Tradução: Maria Aparecida Madeira Kerberg; Ruy Jungmann. Tomo I. Rio de Janeiro – RJ: SUVALE, 1972

PRESTON, Antony. *Submarinos*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico. 1983.

SARTRE, Jean-Paul. *Diário de uma guerra estranha: setembro de 1939-março de 1940*. 2ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.